

ATA DA 41ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
SCPAR PORTO DE IMBITUBA S.A.
CNPJ: 17.315.067/0001-18
NIRE: 42.3000 38695

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** dia 02 de dezembro de 2021, às 09h00min, por Webconferência.
- 2. PRESENCAS E QUORUM:** Presentes os conselheiros **Alessandro Rodrigues de Lemos Paula Marques, Júlio Cesar Bernardi Cogo e Marcio Cassol Carvalho**. Secretária *ad hoc*: **Marlei Goldmeyer**. Convidados da SCPAR Porto de Imbituba: **Fábio Dos Santos Riera**, Diretor Presidente; **Fabício Santos Debortoli**, Diretor de Gestão e Finanças; **José João Tavares**, Diretor de Planejamento de Operações, **Elivelton Luiz Doré**, Analista Contábil, **Kelvin Medeiros Duhart e Manuela Pereira Fernandes**, Administrativos Portuários. Também participou da reunião **Paraílio Silva Filho**, auditor independente, Consult Auditores. Com a presença da totalidade dos membros do Conselho, obteve-se quórum para instalação e deliberação, na forma do Estatuto Social da companhia.
- 3. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo **Sr. Marcio Cassol Carvalho**, Presidente do Conselho eleito nesta reunião, e secretariados pela Secretária *ad hoc*, **Srta. Marlei Goldmeyer**.
- 4. ORDEM DO DIA:** (1) Eleição do Presidente do Conselho Fiscal; (2) Análise e discussão do Relatório de Auditoria do terceiro trimestre de 2021; (3) Análise e discussão das Demonstrações Financeiras e da Execução Orçamentária do terceiro trimestre de 2021; (4) Análise dos itens pendentes da 40ª reunião; (5) Outros assuntos de interesse do Conselho Fiscal.
- 5. DEBATES E EXPOSIÇÕES:** Após cumprimentar a todos os presentes, o Presidente da SCPAR Porto de Imbituba, **Sr. Fábio**, abriu os trabalhos da 41ª reunião do Conselho Fiscal da Companhia dando boas vindas aos presentes. Ato contínuo, o Diretor **Fabício** apresentou tanto a equipe do Porto, bem como o auditor. Em seguida, o conselheiro **Alessandro Rodrigues de Lemos Paula Marques**, eleito no dia 22 de outubro de 2021, se apresentou destacando sua formação acadêmica em direito e suas experiências profissionais como advogado e no âmbito da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA). Finalizadas as apresentações com as falas dos conselheiros **Julio e Marcio**, o Conselho iniciou a análise da ordem do dia **(1) Eleição do Presidente do Conselho Fiscal**. Por unanimidade os conselheiros elegeram o **Sr. Marcio Cassol Carvalho**, como Presidente do Conselho Fiscal, que voluntariou-se para desempenhar tal função. Ato contínuo, o **Presidente do Conselho** assumiu a condução da dinâmica da reunião passando a palavra para o Auditor independente tratar do segundo item da pauta. **(2) Análise e discussão do Relatório de Auditoria do terceiro trimestre de 2021**. Num primeiro momento, o **Sr. Paraílio Silva Filho**, informou que os trabalhos da auditoria independente tiveram como escopo a validação dos controles internos, bem como as demonstrações financeiras do terceiro trimestre da organização (informações contábeis intermediárias do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa) cuja base na data é 30 de setembro de 2021. Após esclarecer que as demonstrações intermediárias foram estruturadas pela primeira vez pela companhia atendendo a recomendação da auditoria, apresentou as duas ênfases descritas no relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações contábeis intermediárias do 3º/TRIM/2021, conforme disposto nas fls. 211-240 do Processo SGPe PIMB 1.886/2021. A ênfase Clientes – Santos Brasil Participações S.A. (p 3) menciona as notas técnicas 5 e 30.4, bem como o processo administrativo junto ao Ministério da Infraestrutura, no qual a Companhia solicita a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato de arrendamento do Tecon Imbituba. Tal processo encontra-se em análise aguardando julgamento definitivo e a empresa dispõe de liminar que viabilizou a interrupção do pagamento atinente à

Esta folha pertence à ata da 41ª reunião do Conselho Fiscal da SCPAR Porto de Imbituba de 02 de dezembro de 2021
Página 1 de 5



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/02/2022 Data dos Efeitos 21/02/2022

Arquivamento 20217238653 Protocolo 217238653 de 21/02/2022 NIRE 42300038695

Nome da empresa SCPAR PORTO DE IMBITUBA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 228702231171542

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/02/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício



<http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave=1U6i214rb06gvSN2hzzS08g&chave2=Ug8cwmshp.-ckGj5CvUIRA>
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 06971995929-MARLEI.GOLDMEYER121598940953-JOSÉ JOÃO TAVARES107953343975-ELIVELTON LUIZ DORE
69353980620-MARCIO CASSOL CARVALHO198118099768-FABIO DOS SANTOS RIERA102766421980-FABRICIO SANTOS DEBORTOLI
60818557087-JULIO CESAR BERNARDI COGO106401675438-ALESSANDRO RODRIGUES DE LEMOS PAULA MARQUES

Movimentação Mínima Contratual (MMC), no valor de cerca de 40 milhões de reais ao ano. A outra ênfase trata do Patrimônio Líquido - Saldo de Reservas de Lucros (p.3), pois, contabilmente, a SCPAR Porto de Imbituba possui um saldo excedente de reservas de lucros em relação ao seu Capital Social, ou seja, diferente do previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76. Ciente desta exigência legal, a Administração informou que encontra-se em estudos internos a avaliação dos impactos regulatórios de tal alteração. Encerrando sua fala sobre as demonstrações do trimestre, o Auditor Independente rememorou que os valores correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, utilizados a fim de comparação, dispõe de relatório sem ressalvas emitido por outra equipe de auditores, em 25 de março de 2021. Sendo assim, tais informações não foram novamente auditadas. Adiante, o **Auditor Independente** retomou o tema da pauta e passou a tratar do Relatório de Auditoria do terceiro trimestre de 2021, destacando as principais recomendações apresentadas no relatório circunstanciado, conforme disposto nas fls. 166-185 do Processo SGPe PIMB 1.886/2021. Inicialmente, mencionou que a recomendação referenciada no item 1.4 Contas a Receber (p.3-4) versa sobre o mesmo tema da primeira ênfase já comentada. O mesmo ocorre com o assunto do item Item 2.6 Patrimônio Líquido (p.12) que é tratado na segunda ênfase. Quanto ao item 1.7 Outras contas a receber (p.6), relatou que, ao confrontar o saldo contábil com o relatório da folha de pagamento, foi constatado uma divergência de R\$ 10.098,74 (dez mil, noventa e oito reais e setenta e quatro centavos) a menor da contabilidade. Tal diferença se deu devido a um erro pontual e foi sanada. Sendo assim, não foram identificados valores pendentes há longa data. Em relação ao item 1.8 Tributos a Recuperar (p. 6-7) rememorou que na conta de Cofins a recuperar existe um saldo que se refere ao pagamento a maior realizado em FEV/2014, tendo a Companhia apresentado “manifestação” a RFB em JUL/15, uma vez que o pedido de compensação enviada anteriormente foi indeferido. No que diz respeito ao item 1.9 Ativo Realizável a Longo Prazo (p. 7-8), considerando que há valores depositados de longa data, como sugestão de melhoria nos controles internos sugere-se a conciliação dos extratos das instituições financeiras administradoras dos recursos *versus* os depósitos judiciais reconhecidos contabilmente, de forma a complementar a contabilização dos juros e atualizações que incidem sobre os valores depositados. Por fim, item 1.5 Estoques informou que através da visita presencial ao porto de Imbituba no dia 28/10/201, foi possível realizar a amostragem de alguns itens do estoque onde foram realizadas a contagem física, dos 26 itens selecionado, foram identificados 07 itens com divergências entre o sistema e a quantidade física, sendo eles: Bloco de concreto (divergência de 247); Meio-fio e Luminária fechada (divergência de 1); Thinner, Desinfetante Líquido 5l, e Água Sanitária 5l (divergências de 2); e papel toalha (divergência 46). Sendo assim, foram sugeridas algumas melhorias a serem implementadas no que diz respeito à gestão do estoque e a segregação da execução de serviços no ambiente do almoxarifado do armazenamento dos itens em si. Sobre o assunto, doação ao Hospital São Camilo, o **Diretor Fabrício** informou que as prestações de conta foram realizadas, exceto a do último repasse feito no mês de novembro. A pedido da instituição, houve postergação do prazo (até 30 de dezembro de 2021). Ato contínuo, **Sr. Elivelton** mencionou que no terceiro trimestre foi adotada uma forma de contabilização recomendada pela auditoria independente. Em relação ao questionamento quanto à dedutibilidade das doações, o **analista contábil** informou que, *a priori*, estas foram consideradas não dedutíveis, pois alguns requisitos devem ser cumpridos, sendo um deles, a instituição ser reconhecida como beneficente. Sendo assim, a partir do levantamento de informações, no decorrer do 4º trimestre será avaliado a dedutibilidade do Imposto de Renda e Contribuição Social dos valores repassados. Em seguida, quanto ao item 2.2 Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias (p.10), o **Presidente Márcio** pontuou aumento em relação ao trimestre anterior da conta 2.1.07.005.002 - Provisões de Férias e 13º salário. O **Sr. Elivelton** esclareceu que é feito a provisão do 13º ao longo do ano, proporcional mês a mês, quando a



obrigação se extingue ao final do ano, é realizada a apropriação e os valores tendem a se aproximar da soma do ano anterior. O **Presidente Márcio** também indagou sobre o Item 25 Despesas Gerais e Administrativas (DFS 3T2021) mencionando que ao compará-lo com o 3º tri de 2020, a qual houve uma grande diferença no valor. O **Sr. Elivelton** justificou que nesta conta foi apropriado o valor relativo à doação ao Hospital São Camilo. Não havendo mais considerações, o Auditor Independente se desconectou da reunião, e o Conselho passou a tratar do terceiro item da pauta: **(3) Análise e discussão das demonstrações Financeiras e da Execução Orçamentária do terceiro trimestre de 2021.** Tomando a palavra, o **Sr. Elivelton** tratou sobre a divulgação de resultados do terceiro trimestre (Relatório ITR 3T2021), conforme disposto nas p. 241- 250 do Processo SGPe PIMB 1.886/2021. Inicialmente, pontuou os destaques do trimestre: (1) Aumento em 15% na movimentação geral em relação ao período anterior; (2) Aumento em 30% na movimentação de cargas do Berço II; (3) Lucro Líquido acumulado do ano em R\$ 8,1 Milhões; (4) Produtividade média das operações portuárias em média de 8.522 ton/dia; (5) Ticket Médio diário das Receitas SB em 3% superior ao ano anterior, registrando aproximadamente R\$ 69.100; (6) Aumento das Receitas Totais em 25%, se comparado ao mesmo período do ano anterior; (7) EBITDA acumulado do ano em R\$ 12,1 Milhões. Sobre os resultados operacionais mencionou que o Porto de Imbituba finalizou o 3º trimestre de 2021 com 4.979 mil toneladas movimentadas, representando uma variação positiva de 15% em relação ao mesmo período do ano anterior. Após, discorreu sobre movimentação em toneladas por berços de atracação, bem como os grupos de cargas predominantes do Porto. Expôs que a taxa de ocupação geral registrada foi de 71%, representando um aumento de 29% na comparação ao mesmo período do ano anterior. Sobre a Análise das Receitas da Autoridade Portuária, relatou que a Receita Média Diária das Operações Portuárias (ShipBerth), indicador que mensura o *ticket* médio diário gerado pela ocupação dos berços de atracação, registrou no acumulado do ano o valor de sessenta e nove mil e cem reais, não representando variação em relação ao mesmo período do ano anterior. No que diz respeito à evolução comparativa da composição das receitas, houve crescimento de 25% no ano corrente em relação ao mesmo período do ano anterior. No que diz respeito a Evolução dos Resultados, pontuou que a empresa registrou: Receitas Totais de cerca de cinquenta milhões, e seiscentos mil reais (tendo o lançamento da receita atinente ao MMC da Santos Brasil sido cancelada); e Custos e Despesas de trinta e dois milhões e seiscentos mil reais. Quanto ao Acompanhamento dos investimentos, pontuou que a companhia executou até o presente trimestre dois milhões e setecentos e oitenta mil reais. Na questão do item 6 demonstrações financeiras mencionou que até a data de 30/09 a companhia possuía em torno de noventa milhões de reais disponíveis em caixa, e depositado em juízo cerca de vinte e nove milhões. Em relação ao Patrimônio Líquido a empresa possui cento e dezoito milhões, setecentos e quarenta e dois mil reais. Posteriormente sobre contratos vigentes, mencionou que durante o terceiro trimestre do ano corrente foi realizada a celebração de 27 novos contratos e expôs a relação dos 25 contratos com maiores valores executados no período de 01/01/2021 a 30/09/2021. Tomando a palavra, o **Diretor Fabrício** relatou que o trimestre foi, de certa maneira, desafiador, pois com o aumento da movimentação do Porto consequentemente aumenta a dificuldade e desafios da operação. Por fim, pontuou que há expectativas de atingir bons resultados no 4º trimestre de 2021. Posteriormente, o **Conselheiro Alessandro** indagou sobre a origem das informações sobre produtividade mencionadas no relatório, se são elaboradas pela própria autoridade portuária ou retiradas do sistema de desempenho portuário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). O **Sr. Elivelton** esclareceu que tratam-se de relatórios gerenciais internos. Ato contínuo, o **Sr. Alessandro** sugeriu que nos quadros que recuperam o histórico de informações (anos de 2017 a 2020), no ano de 2021 seja incluída uma nota explicativa esclarecendo que tratam-se de informações atinentes ao período de 01/01 a 30/09. Adiante, o **Conselheiro Alessandro** perguntou sobre a



origem dos recursos para execução dos investimentos do berço 3. O **Diretor Fabrício** relatou que foi realizado o estudo de viabilidade econômica financeira, ao postergar a realização do muro de contenção, a obra tornou-se viável a partir dos recursos acumulados ao longo dos anos, ou seja, a obra será paga com recursos próprios e retenção de dividendos futuros. Caso necessário, também contará com quinze milhões disponibilizados pela SCPAR Holding. Ato contínuo, o grupo discutiu sobre as alternativas de financiamento estudadas, aumento de capital social, detalhes do estudo, e obras de contingências. Neste sentido, o **Presidente Riera** informou que está programada a realização da simulação de manobras para verificar a possibilidade de atracação de navios do dorso do berço 2. Na sequência, o **Presidente do Conselho Fiscal** passou para análise do quarto item da pauta: **(4) Análise dos itens pendentes da 40ª reunião.** Na oportunidade o **Diretor Fabrício** discorreu sobre os status dos itens pendentes, a saber: **(1) Seguro Patrimonial:** foi publicado no diário Oficial de 30/11/2021 edital da licitação de pregão eletrônico (nº 50/2021) agendado para 06/01/2022; **(2) Controle de Estoque:** o tratamento de material de estoque da T.I. e SSMA está em aguardo, e a definição de normativa formal para entrada e saída de materiais já foi Iniciada e está 70% pronta; **(3) Processos relacionados ao MMC da Santos Brasil:** assunto pontuado no início da presente reunião, foram realizadas reunião com Holding e Santos Brasil; para que seja possível chegar a uma decisão é necessário avançar nas tratativas do assunto juntamente com todas as partes envolvidas (inclusive com Ana Luiza Becker Salles, Diretora do Departamento de Gestão de Contratos e Arrendamento e Concessão da SNPTA); **(4) Composição da Diretoria Executiva:** desde o mês agosto a companhia possui um novo diretor, ou seja, atualmente a Diretoria Executiva conta com três diretores conforme recomendação deste Conselho. No entanto, ainda está pendente a inclusão de mais um quarto diretor representante dos empregados que deve assumir a Diretoria de Compliance. Pontuou que recentemente foi realizado um processo eleitoral, mas devido diversos problemas no processo nenhum colaborador foi eleito. Sendo assim, considerando que os mandatos dos atuais diretores vencem ao final de julho, a expectativa é viabilizar novo processo eleitoral a partir de março de 2022; **(5) Demandas relacionadas ao relatório de auditoria:** a empresa atua criando processos internos para que seja possível sanar as tais demandas; **(6) Realização dos investimentos previstos:** apresentado novamente os valores do PPA aprovado pela Secretaria Nacional da Fazenda; **(7) Realização dos investimentos previstos - Cais 3:** em novembro de 2021 foi realizado o lançamento do edital de licitação para contratação da obra, com pregão eletrônico (nº 50/2021) agendado para 22/02/2022. Dado a importância da obra, sugere que o Conselho acompanhe a execução da licitação. No que diz respeito à **"regularização das reservas contabilizadas no Patrimônio Líquido / Capital Social"**, o **Diretor Fabrício** expôs a necessidade de tomada de decisão a partir do processo SGPe 2314/2021, mesmo que necessário registro junto à ANTAQ de solução que vise equilibrar a existência legal e o convênio de delegação. Por fim, passou-se para os encaminhamentos finais da reunião: **(5) Outros assuntos de interesse do Conselho Fiscal.** **5.1 Agenda de 2022,** foi acordado realizar uma reunião para apuração do quarto trimestre e outra para o ano de 2021, sendo que a secretaria Marlei irá propor aos conselheiros o calendário dos encontros; **5.2 Desligamento do Diretor Fabricio.** Tomando a palavra, o **Diretor Fabrício** mencionou que por questões profissionais e pessoais no dia 01/12 entregou ao CONSAD sua carta de exoneração ao cargo de Diretor de Administração e Finanças, tendo seu mandato a data final em 30/12/2021, por fim, agradeceu a todos os colaboradores da SCPAR Porto de Imbituba por terem lhe acolhido durante o período em que esteve à frente da Diretoria Executiva, bem como aos conselheiros do Conselho Fiscal.

6.DELIBERAÇÕES: Após as discussões dos itens da pauta, o Conselho Fiscal resolveu: **a) eleger** o Sr. Marcio Cassol Carvalho, como Presidente do Conselho Fiscal; **b) sugerir** que nos quadros que recuperam o histórico de informações (anos de 2017 a 2020), no ano de 2021 seja



incluída uma nota explicativa esclarecendo que tratam-se de informações atinentes ao período de 01/01 a 30/09; **c) aprovar** o Relatório de Auditoria referente ao terceiro trimestre de 2021; **d) aprovar, sem ressalvas**, as Demonstrações financeiras da companhia relativo ao terceiro trimestre de 2021, corroborando com as recomendações do Relatório de Auditoria; **e) demandar** o providenciamento da agenda de reunião do Conselho fiscal para o ano de 2022, de modo a submeter à aprovação dos conselheiros.

7. ENCERRAMENTO: Não havendo mais nenhum assunto a ser tratado e nada mais a ser deliberado, o Presidente declarou encerrada a reunião, determinando a lavratura da ata, a ser aprovada e assinada na próxima reunião.

Imbituba, 02 de dezembro de 2021.

Marcio Cassol Carvalho
Presidente do Conselho Fiscal
(assinado digitalmente)

Alessandro Rodrigues de
Lemos Paula Marques
Conselheiro Fiscal
(assinado digitalmente)

Júlio Cesar Bernardi Cogo
Conselheiro Fiscal
(assinado digitalmente)

Fábio Dos Santos Riera
Diretor Presidente
(assinado digitalmente)

Fabício Santos Debortoli
Diretor Administrativo e
Financeiro
(assinado digitalmente)

José João Tavares
Diretor de Infraestrutura e
Logística
(assinado digitalmente)

Elivelton Luiz Doré
Agente Portuário - Analista de
Contabilidade
(assinado digitalmente)

Marlei Goldmeyer
Secretária *Ad Hoc*
(assinado digitalmente)





217238653

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	SCPAR PORTO DE IMBITUBA S/A
PROTOCOLO	217238653 - 21/02/2022
ATO	018 - ATA DE REUNIAO DO CONSELHO FISCAL
EVENTO	018 - ATA DE REUNIAO DO CONSELHO FISCAL

MATRIZ

NIRE 42300038695
CNPJ 17.315.067/0001-18
CERTIFICO O REGISTRO EM 22/02/2022
SOB N: 20217238653

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 02766421980 - FABRICIO SANTOS DEBORTOLI - Assinado em 23/12/2021 às 15:02:54
Cpf: 06401675438 - ALESSANDRO RODRIGUES DE LEMOS PAULA MARQUES - Assinado em 15/02/2022 às 14:28:48
Cpf: 06971995929 - MARLEI.GOLDMEYER - Assinado em 23/12/2021 às 14:28:31
Cpf: 07953343975 - ELIVELTON LUIZ DORE - Assinado em 21/02/2022 às 14:29:39
Cpf: 21598940953 - JOSÉ JOÃO TAVARES - Assinado em 14/02/2022 às 17:14:42
Cpf: 60818557087 - JÚLIO CESAR BERNARDI COGO - Assinado em 21/02/2022 às 13:35:08
Cpf: 69353980020 - MARCIO CASSOL CARVALHO - Assinado em 03/01/2022 às 16:16:54
Cpf: 98118099768 - FÁBIO DOS SANTOS RIERA - Assinado em 30/12/2021 às 18:26:56



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/02/2022 Data dos Efeitos 21/02/2022

Arquivamento 20217238653 Protocolo 217238653 de 21/02/2022 NIRE 42300038695

Nome da empresa SCPAR PORTO DE IMBITUBA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 228702231171542

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/02/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

22/02/2022